

UM TRABALHO INSTITUCIONAL EM UM CENTRO DE SOCIOEDUCAÇÃO

Ronaldo Adriano Alves dos Santos

Rejane Teixeira Coelho

Introdução

Este trabalho originou-se como uma proposta de estágio profissionalizante e supervisionado em Psicologia, com uma abordagem social-comunitária em uma vertente institucional. Entendemos a Psicologia Social-Comunitária como uma abordagem psicológica de trabalho com coletivos, que é relativamente recente na história da Psicologia dando seus primeiros passos na década de 1970.

De modo geral a Psicologia Comunitária, na América Latina surge como uma alternativa, ou melhor, uma ruptura com a forma de se pensar e fazer Psicologia Social que na década de 1970 era hegemônica, um modelo demasiadamente calcado sobre

o ideário positivista-capitalista, não concebendo como tarefa da ciência psicológica a transformação da realidade social com vistas à superação de seus graves e profundos problemas socioeconômicos e político-culturais, tampouco suas repercussões sobre a construção subjetiva dos indivíduos, especialmente os que proviessem de populações historicamente oprimidas (Oliveira et. al., 2008, p.51)

A Psicologia Comunitária Latinoamericana desponta como uma importante “reação à colonização do pensamento liberal na Psicologia, seja no campo do político, ou mesmo nos processos de legitimação científica” (Prado, 2002, p.208) encontrando na preocupação social e na negação da visão individualizante do sujeito as bandeiras de lutas que foram importantes para sua fundação.

Partindo daí este trabalho se delineou como uma forma de inserirmo-nos em uma instituição (especificamente em uma instituição de Socioeducação – o CENSE -), que esta inserida dentro de um contexto de relações comunitárias. Esta inserção tomou como referência três aspectos: a) as necessidades do público alvo nos indicaram o caminho para nossa proposta de prática; b) buscamos construir canais alternativos para que o público alvo assumisse sua realidade cotidiana, de modo a possibilitar a existências de relações éticas e o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre sua realidade; c) e apesar das incertezas que esta inserção, em um primeiro momento nos despertou, podemos experienciar o fato de

que realmente delimitações vão ocorrendo durante o processo, e que, sim, há na comunidade e nas instituições um domínio específico para a atuação do psicólogo, e que este domínio são os processos psicossociais ali presentes, vivos no cotidiano das pessoas que integram esses espaços coletivos.

E seguindo esta ótica a inserção no campo apresentou como proposta inicial um trabalho de grupo a ser desenvolvido com os educadores sociais do CENSE. Esta proposta chegou a ser iniciada, mas devido ao baixo número de participantes, o rodízio entre eles e a posterior desistência de alguns inviabilizou a consecução desta proposta. Observamos que o grupo foi atravessado pela dinâmica institucional de modo que nele se reproduziram as formas conhecidas e estabilizadas de relações presentes na instituição e todos esses aspectos que poderiam ser discutidos e refletidos no grupo, pelo grupo e para o grupo, não chegaram a esses termos.

Diante disso resolvemos iniciar o segundo semestre com uma proposta distinta de trabalho. Esta proposta originou-se de uma discussão com a própria instituição acerca dos processos que haviam ocorrido no primeiro semestre e o que viria a ser possível de trabalharmos no prosseguimento do estágio. A nova proposta consistiu em verificar como funciona a rede social de atendimento aos adolescentes que cumprem medida socioeducativa de privação de liberdade a partir do estudo de um caso específico. Entretanto esta proposta também teve sua consecução inviabilizada devido à dinâmica institucional.

Embora nenhuma das duas propostas tenha sido efetivada a tentativa de implantá-las e os insucessos daí decorrentes foram sem dúvidas intervenções instituintes dentro do CENSE, elas podem ser encaradas como gatilho de processos produtivos e transformadores da realidade institucional.

Objetivo

O objetivo geral deste trabalho foi construir canais alternativos para que a instituição, através de seus agentes, pudesse assumir sua realidade cotidiana e desenvolver uma consciência crítica sobre sua realidade.

Método

Este trabalho entendeu o Centro de Socioeducação (CENSE) como uma instituição e, portanto ao realizarmos a necessária análise contextualizada da instituição utilizamos os elementos da análise institucional propostos por Bleger (1984) e Baremlit (1992) prezando por um estilo de intervenção ativa, tanto individual quanto grupal.

A proposta de intervenção grupal com os educadores sociais foi inspirada no trabalho de oficinas da autora Afonso (2010). O trabalho ocorreu nas dependências do Núcleo de Práticas Psicológicas (NPP), no primeiro semestre de 2011, os encontros eram semanais com duração de 1:30 H. No total ocorreram seis encontros dois dos quais (os dois últimos) não se efetivaram devido a presença de apenas um integrante do grupo. Durante a realização dos encontros o número máximo de participantes que tivemos foram quatro.

Já a proposta de reconhecimento da rede social de atendimento ao adolescente em conflito com a lei tinha como orientação os trabalhos desenvolvidos por Sluzki (1997) e Sudbrack (1996).

Embora o grupo não tenha prosseguido nem o reconhecimento da rede social tenha se efetivado os encontros realizados e a permanência na instituição nos forneceram rico material para efetuarmos uma análise institucional.

Resultado e Discussão

O Cense Como Instituição

Ao pensarmos o CENSE, como uma instituição, estamos advertidos de que para realizarmos essa discussão é preciso levar em conta que toda instituição possui fins específicos e organização própria, coexistindo os “objetivos explícitos tanto como objetivos implícitos ou, em outros termos, conteúdos manifestos e conteúdos latentes” (Bleger, 1984, p. 41). Outro ponto que se mostra relevante é o fato de que geralmente a queixa institucional não é o problema propriamente dito, mas um sintoma do mesmo.

Do modo de pensar de Baremlit poderíamos dizer que o CENSE não é uma instituição em si, mas sim um estabelecimento, pois seria a base material, o sustentáculo de uma instituição, é o local onde se efetivam os processos institucionais. Isto porque segundo este autor as instituições “são lógicas, são árvores de composições lógicas que, segundo a

forma e o grau de formalização que adotem, podem ser *leis*, podem ser *normas*, [...] podem ser *pautas*” (Baremblit, 1992, p.27).

Já Bleger caracterizará uma instituição “como um conjunto de normas e padrões e atividades agrupadas em torno de valores e funções sociais” (Bleger, 1998, p. 114). Podendo nesta concepção considerarmos o CENSE como uma organização, no sentido de que nele há “uma distribuição hierárquica de funções que se realizam dentro de um edifício” (Bleger, p. 114). Lapassade considera que uma organização social constitui-se de “uma coletividade instituída com vistas a objetivos definidos tais como a produção, a distribuição de bens, a formação dos homens” (Lapassade, 1989, p.101) sendo esta última uma das características pretendidas pelo CENSE.

A partir disso observamos que o trabalho e o formato institucional do CENSE vão de encontro à definição de “instituição total” proposta por Goffman (1961) entendendo estas como locais onde os indivíduos residem e, neste caso, estudam estando em condições semelhantes; privados do convívio social por um período delimitado de tempo, e que possuem delimitações espaço temporais de suas ações.

As instituições totais podem ser divididas em quatro categorias básicas sendo que podemos identificar no CENSE um exemplar híbrido de duas destas categorias, pois ao mesmo tempo em que ele se configura como uma instituição com a “[...] intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho – a socioeducação¹” também serve ao propósito de “proteger a comunidade contra perigos intencionais [...]” (Goffman, 1961, p.17). Daí resulta uma contradição inerente ao atual modelo das instituições socioeducativas: como educar para o convívio social extraindo os indivíduos desse convívio?

É possível perceber que a própria estrutura física da unidade não está de acordo com a “proposta” socioeducativa, apresentando-se como uma construção mimética às estruturas carcerárias de defesa do bem-estar social, acentuando o caráter punitivo e não o educativo das medidas. Observamos que o local onde os adolescentes dormem é pequeno e selado com grades, seguindo o modelo carcerário, seus muros altos e cobertos por arames farpados exacerbam o fechamento da instituição. Fechamento que ao nosso entender objetifica o caráter total da instituição, uma vez que estes “esquemas físicos”, a estrutura da unidade,

¹ Inserção dos autores.

simbolizam, ou melhor, torna objetiva a barreira existente à relação social, ao mundo externo à unidade, fator de antinomia ao convívio social.

realizados no mesmo local e sob uma única autoridade [...] cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto [...] todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, a seguinte, e toda a seqüência de atividades é imposta em cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender ao objetivos oficiais da instituição (Goffman, 1961, p. 17-18).

É notável a existência de uma divisão entre o grande grupo controlado, os adolescentes internados, e uma pequena equipe de supervisão. De modo Geral os internos vivem na instituição e tem o contato com o mundo externo de forma absolutamente restrito, enquanto que o grupo de supervisão tem contato livre com o mundo externo. Isto resulta em uma concepção diferenciada da equipe para com os internos, vendo-os como amargos, reservados e não merecedores de confiança. Além disto, essa estrutura traz uma tendência da equipe em sentir-se superior e correta enquanto que os internados acabam sentindo-se inferiores, fracos, censuráveis e culpados, questão observável nas falas dos educadores que versam sobre o fato deles terem de fazer coisas que contrariam seus “valores”, sua “moral” e também da crença de alguns na impossibilidade de recuperação dos adolescentes que estão internados no CENSE.

Encontramos durante o desenvolvimento do texto de Goffman (1961) diversos trechos que demonstram o comportamento institucionalizado que se adquire com o transcorrer do tempo dentro das instituições. No entanto verifica-se que este comportamento não se encontra apenas no grupo de indivíduos que estão em privação de liberdade, mas também na equipe que trabalha com os adolescentes.

Processo esse que deve ser atentado, pois,

Apesar do contato com o mundo externo, as condições de trabalho obrigam ajustes muito intensos à organização pessoal como, por exemplo, banalizar a violência e conviver num estado de constante tensão e submeter-se a situações de risco e tortura. Além disso [...] – há – as dificuldades dos funcionários se ajustarem socialmente [...]. Os monitores também

cumprem o papel de anteparo entre a direção da instituição e os internados e entre a sociedade e a instituição (Franco, 2008, p.37).

Há dentro destas equipes também um sistema de regras que visa garantir a segurança de todos, além de assegurar que o trabalho de todos esteja “alinhado” às políticas previstas. A diferença que haverá do comportamento institucionalizado entre a equipe e os adolescentes em privação de liberdade é a possibilidade que a equipe tem em manter-se por uma parcela de tempo na instituição e outra fora, em contato social.

No entanto essa interação entre a equipe e o ambiente social externo pode carregá-la de pensamentos estereotipados e/ou mesmo preconceituosos em relação ao grupo de internos. Uma vez que a sociedade de um modo geral vê os adolescentes em conflito com a lei como indivíduos em “dívida” com a sociedade, vendo a punição como uma forma de saldar essa débito, há casos em que estas estereotípias sociais podem ser internalizadas pela equipe.

As pessoas da direção que estão em contato direto com os internados podem pensar que também elas estão diante de uma tarefa contraditória, pois precisam impor obediência aos internados e, ao mesmo tempo, dar a impressão de que os padrões humanitários estão sendo mantidos e os objetivos racionais da instituição estão sendo realizados (Goffman, 1961, p.84).

Além disso, sabemos que existe um duplo objetivo institucional um declarado (a socioeducação) e outro explícito mais com tendência ao ocultamento (proteção da comunidade) neste ponto lembramos que as instituições, organizações, estabelecimentos, agentes e práticas comportam uma função, uma função que serve aos propósitos das “formas históricas de exploração, dominação e mistificação que se apresentam nesta sociedade. [...] só que esta função raramente se apresenta como ela é, justamente por causa da questão da mistificação” (Baremlitt, 1992, p.35). Destarte,

[...] uma lei geral das organizações, isto é, em todas elas os objetivos explícitos para os quais foram criadas correm sempre o risco de passar a um segundo plano, passando ao primeiro plano a perpetuação da organização como tal (Bleger, 1998, p. 115).

Vemos que a função da equipe de trabalho na instituição é a de garantir que o sujeito se adapte a ela de forma a agir a partir de suas regras. A intenção é que toda a “organização pessoal” do interno, antes usada para enfrentar as situações de “conflito, fracassos e dúvidas”

se adapte ao novo ambiente. Isto só é possível devido ao modelo de trabalho utilizado nos centros de socioeducação, pois o meio é o de criar e manter “um tipo específico de tensão entre o mundo doméstico e o mundo institucional, e usam essa tensão persistente como uma força estratégica no controle dos homens” (Goffman, 1961, p.24).

Nas instituições totais, geralmente há necessidade de esforço persistente e consciente para não enfrentar problemas. A fim de evitar possíveis incidentes, o internado pode renunciar a certos níveis de sociabilidade com seus companheiros (Goffman, 1961, p.45).

Em seus materiais institucionais o CENSE mostra-se como uma instituição ideal à socioeducação:

O programa desenvolvido junto ao adolescente é composto por atividades com o objetivo de envolver, subsidiar e apoiar o adolescente na construção de um novo projeto de vida. O processo socioeducativo proposto desenvolve no adolescente atitudes e habilidades para ser, conviver, conhecer e fazer, sem estar em conflito com a lei, instrumentalizando-o para a inclusão social em um novo padrão de convivência que inclui seu aspecto físico, comportamental, emocional e mental. Esse processo envolve a oferta de oportunidades para o adolescente desenvolver as competências pessoais, relacionais, cognitivas e produtivas necessárias à vida em sociedade (Paraná, 2006, p.37).

Entretanto a fala dos funcionários e as vistorias realizadas pelo Ministério Público, Juizado da Infância, Conselho Municipal da Criança e Adolescente que culminaram na Medida Cautelar expedida pelo Juiz da Infância e da Juventude da Comarca do Município no mês de Maio do ano de realização do estágio contradizem esse ideal apregoado pelos materiais institucionais.

Sendo assim vemos que a divergência entre o discurso institucional e a prática coaduna com a idéia de que

[...] usualmente se apresentam ao público como organizações racionais, conscientemente planejadas como máquinas eficientes para atingir determinadas finalidades oficialmente confessadas e aprovadas. Já se sugeriu também que um freqüente objetivo oficial é a reforma dos internados na direção de algum padrão ideal. Esta contradição, entre o que a instituição realmente faz e aquilo que oficialmente deve dizer que faz, constitui o contexto básico da atividade diária da equipe dirigente” (Goffman, 1961, p.69-70).

As Propostas Interventivas

Iniciamos este trabalho compreendendo o grupo como um conjunto de pessoas que unidas em um determinado tempo e espaço se unem em torno de uma tarefa comum, com estabelecimento de papéis e vínculos entre si. Além disso, um grupo também tem problemas, conflitos e recursos e que estes devem ser estudados e compreendidos através do próprio grupo, estando esta análise sempre tangenciada pela tarefa proposta pelo grupo.

Entretanto “embora o grupo esteja concretamente aplicado a uma tarefa, o fator humano tem importância primordial, já que constitui o ‘instrumento de todos os instrumentos’” (Bleger, 1998, p.60). O fato de reforçar a inclusão dessa consideração sobre o fator humano/subjectivo é de extrema relevância uma vez que consideramos que esta abordagem possibilita um trabalho grupal desalienante, de modo a evitar que a tarefa e os objetos abjetos consumam/alienem o humano dessa relação.

Além de um grupo ser um conjunto de pessoas com um objetivo comum e com papéis e vínculos estabelecidos um grupo é “fundamentalmente, uma sociabilidade sobre um fundo de indiferenciação ou de sincretismo, no qual os indivíduos não têm existência como tais e entre eles atua um transitivismo permanente” (Bleger, 1998, p. 104). Observamos sinais desse processo de indiferenciação em falas como:

“o grupo é uma união de pessoas” (sic) – A Reservada.

*“meu objetivo aqui é conhecimento, autoconhecimento e conhecer os outros” (sic)
– A Reservada.*

“meu objetivo nesse grupo é a união do grupo” (sic) – O Sincero.

“Lá nos éramos um grupo bem fechado” - O Visitante.

Podemos perceber que, assim como defendido por Bleger (1998) existem basicamente dois níveis da identidade em um grupo: um oriundo do trabalho comum e que chega ao estabelecimento de modelos institucionalizados de comportamentos e de interação no grupo, segundo o autor essa modalidade da identidade grupal se dá pela tendência que há nos membros do grupo de buscarem a integração e interação de seus pares; o outro nível identitário que o grupo possui (e que as vezes é o único possível de se atingir) seria a “identidade grupal sincrética”, este seria um nível da identidade onde a base não é a interação ou integração, em níveis “evoluídos”, como diz o autor, antes disso, ela se baseia em um tipo

de socialização onde “cada um daqueles que, do ponto de vista naturalista, vemos como sujeitos ou indivíduos ou pessoas não têm identidade enquanto tal, mas sua identidade reside no seu pertencimento ao grupo” (Bleger, 1998, p. 111-112). Aspecto observável em falas como:

Lá nos éramos um grupo bem fechado (O Visitante)

...Isso é necessário para podermos falar a mesma língua (A Participativa)

Além disso, observamos que os educadores estão, em alguma medida, identificados com os adolescentes, de modo que sua queixa, de “não respaldo em saúde mental” (sic) em alguns momentos traduzida por um “porque atendimento só para os adolescentes, e para os funcionários não” (sic), sinaliza conteúdos não refletidos, conteúdos não organizados, isso porque quando este atendimento, que se solicitava, foi ofertado por agentes externos à unidade, a adesão dos mesmos educadores que se queixavam de um não atendimento foi mínima, de modo que parece que a possibilidade de serem atendidos em suas demandas gerou uma crise no modo de organização do grupo, naquilo que eles haviam se agarrado, paradoxalmente, como “tábua de salvação”: “não somos atendidos”, essa crise, esse deparar-se com os conteúdos sincréticos do grupo, possivelmente gerou resistência ao trabalho pois “se agora formos atendidos o que será de nós?”

Para compreendermos essas resistências é necessário que compreendamos que as instituições possuem duas vertentes uma instituinte e uma outra instituída. A primeira é caracterizada como um movimento de mudança, de transformação institucional como “forças produtivas”, o segundo é efeito do primeiro, o movimento instituinte sempre aspira tornar-se um instituído, esta é sua vocação “o instituinte aparece como um processo, enquanto o instituído aparece como resultado. O instituinte transmite uma característica dinâmica; o instituído transmite uma característica estática congelada” (Baremblytt, 1992, p. 32).

A partir disso é necessário que analisemos os “aspectos institucionalizados do grupo, ou seja, daqueles padrões, normas e estruturas que se organizaram ou que já vêm organizados de uma maneira dada” (Bleger, 1998, p. 103).

E de fato o funcionamento institucional atravessa as relações entre os sujeitos que compõem o coletivo institucional as formas, já conhecidas e estabilizadas, de lidar com os adolescentes que aparece no discurso dos educadores, parece se reproduzir na forma deles (não) se relacionarem entre si, o fechamento do estabelecimento se transmuda em fechamento pessoal, em negação ao contato com o outro “[...] não se falam, não se olham, cada um atua independentemente, de modo isolado, [...] em outros termos, enquanto falta a interação, enquanto não se falam nem se olham, está presente a *sociabilidade sincrética*” (Bleger, 1998, p. 107). Sociabilidade que a interação perturba, incomoda, desestabiliza e, portanto é temida e evitada, processo de interação que de um modo ou de outro acaba por ser forçado em um trabalho grupal, onde se faz necessário que os sujeitos falem, se exponham e que ao fazerem isso, e por estarem em um grupo face-a-face, se olhem, tomem contato com o olhar do outro.

Quando dizemos, nesse caso, que o grupo reage com medo de uma experiência nova, do indeterminado ou do desconhecido, estamos dizendo uma verdade muito mais ampla do que a que nós mesmos reconhecemos e que, portanto, o grupo também pode reconhecer, a não ser apenas os aspectos superficiais dessa afirmação. Não é somente o novo que produz medo, mas sim o *desconhecido que existe dentro conhecido* [...] (Bleger, 1998, p. 109).

Processo reconhecível na fala:

*“Antes nós nos reuníamos, saíamos, fazíamos confraternização, agora não mais” –
O presente.
“meu objetivo aqui é conhecimento, autoconhecimento e conhecer os outros” (sic)
- A Reservada.*

Este medo daquilo que não se conhece pode refletir “[...] o medo de não poder continuar reagindo com os modelos estabilizados que já assimilaram enquanto pessoas [...] o que implica uma dissolução da identidade estruturada pelos níveis mais integrados” (Bleger, 1998, p. 110). Temos de lembrar aqui que os membros desse grupo desconhecem mesmo o que os define enquanto profissionais, não sabem quem são, pois não há clareza institucional no que tange a definição do que vem a ser o “educador social”.

Destarte a ambiguidade da função do “educador social” também pode estar associada à incongruência dos objetivos institucionais de modo que eles não sabem a qual

objetivo se identificar ou dar conta em sua função, e por não haver quaisquer iniciativas ao estabelecimento de uma definição clara do que vem a ser o “Educador social” esse vácuo institucional acaba sendo preenchido por juízos e valores pessoais dos sujeitos que ocupam essa função.

Tudo isto se refletiu nas tentativas frustradas de se realizar encontros grupais com educadores. No grupo eles reproduziram suas trocas de turno através do revezamento daqueles que vem ao grupo, a queixa de que não há planejamento de atividades na instituição se transmutou, também, no seu movimento e revezamento no grupo o que inviabilizava o planejamento das atividades do próprio grupo, em outras palavras, repetiam no grupo o cotidiano institucional.

Temos de levar em conta também o fato de que muitos dos educadores consideram o próprio trabalho algo penoso, a quase totalidade diz só estar no CENSE porque ainda não passaram em outro concurso, mas que tendo a oportunidade, lá não ficarão, e isto é uma expectativa comprovada na rotatividade de funcionários que ocupam a função de educador social. Rotatividade que ao que parece é reproduzida, encenada, quase que teatralmente pelo rodízio constante de turnos das equipes de trabalho.

Sendo assim, percebemos que “um dos problemas básicos nas organizações não é só a dinâmica intragrupal, mas a dinâmica intergrupala, e nosso objetivo pode não ser os grupos, mas o organograma” (Bleger, 1998, p. 120) sendo assim, antes de buscarmos um trabalho grupal no CENSE, acreditamos que se faz necessário a realização de um trabalho com a dinâmica institucional, refleti-la para a partir desse amadurecimento institucional introduzirmos uma proposta de trabalho grupal.

A partir disso e como forma de mantermo-nos atuando na instituição retomamos as atividades do estágio no segundo semestre fazendo uma reunião com a equipe do CENSE, na qual decidimos que faríamos o reconhecimento da rede social que atende o adolescente em conflito com a lei através de um estudo de caso de um adolescente que ingressaria nos próximos dias em um programa municipal que desenvolve atividades ambientais. Esse programa já recebeu três adolescentes que cumpriam medidas internação no CENSE, um inclusive estava em processo de desligamento, pois passaria agora para a medida de semi-

liberdade em outro município do Estado. Na semana seguinte fizemos uma reunião com a coordenação desse programa explicando a proposta e eles aderiram a ela.

Depois disso uma série de desencontros começaram a ocorrer: encontros com o adolescente que se desligava de ambas as instituições não puderam ocorrer devido a incompatibilidade de agendas das instituições e do estagiário; ao tentar coletar informações indiretas deparamo-nos com a ausência de registros que pudessem possibilitar o conhecimento indireto da rede social que atendeu o adolescente; quando da inserção do adolescente, que seria o foco do estudo de caso, fomos informados que haveria incompatibilidade de agenda entre a proposta do CENSE de permitir a ida do adolescente à outra instituição e as possibilidades do estagiário de acompanhar o adolescente; tentou-se durante algumas semanas compatibilizar as agendas, mas as tentativas resultaram infrutíferas e devido a proximidade do período limite de permanência do estagiário no CENSE (devido o término do estágio) a proposta de reconhecimento da rede social que atende o adolescente em conflito com a lei também não pode ser efetivada.

A partir dessas duas propostas, que não puderam ser levadas a termo, percebemos que há uma resistência institucional em receber agentes externos que venham realizar alguma espécie de intervenção ali. Seguindo aquilo que é proposto por Baremlitt (1992) podemos dizer que há no CENSE uma resistência em se movimentar o instituído, este está engessado, cristalizado, os modos de operar desta instituição parece diluir-se em questões hierárquicas, numa inviabilidade de planejar de coordenar atividades, de visualizar processos, de aproximação entre os sujeitos e suas histórias e daí um fechamento ao trabalho externo que visa justamente refletir estes instituídos, sendo, portanto uma proposta instituinte, uma tentativa de “transversalizar” este estabelecimento.

Nesse ponto acreditamos ser pertinente esclarecer que para Baremlit (1992) a transversalidade se caracteriza por uma interpenetração no nível do instituinte, objetivando atuar num âmbito produtivo, criativo e até revolucionário. Na contramão daquilo que é transversal encontramos o atravessamento, sendo este caracterizado pela atividade no nível da função, da conservação do *modus operandi* da instituição, da reprodução, na tentativa de fazer mais do mesmo.

Observamos que as resistências institucionais têm se mostrado de forma clara, o caráter de fechamento ao mundo externo, presente nesta instituição, tem se manifestado num engessamento das tentativas de trabalhos de agentes externos à instituição. Sobre estas resistências Lapassade (1989) lembra que o Estado, com sua ideologia e suas instituições, através de seus dirigentes, mantém o domínio, com suas regras e normas, engessando e/ou calando aqueles que queriam falar algo sobre, ou contra esse sistema. E sua atuação é tão forte (do Estado), seus tentáculos tão amplos, impregnando a todos com suas idéias que acaba por produzir uma autocensura, um temor, proibindo a verdadeira comunicação entre os indivíduos e a necessária crítica contra esse sistema instituído.

Ao pensarmos a questão do instituído é necessário lembrarmos que “toda organização tende a ter a mesma estrutura que o problema que deve enfrentar e para o qual foi criada” (Bleger, 1998, p. 116) e que “[...] existe uma dinâmica das organizações, assim como existe uma dinâmica dos grupos. O que implica, por hipótese, que existem traços comuns” (Lapassade, 1989, p.101) nos níveis estruturais e de funcionamento destes estratos (a organização e os grupos que a compõe). Dessa forma o fechamento ao mundo externo, o isolamento, o déficit de comunicação, a pena imposta, a negação à participação que são algumas características do tratamento dispensado ao público atendido pelo CENSE se transfere à forma como os membros das equipes da instituição se relacionam entre si e com os agentes externos que pretendem ali intervir.

Observamos que estas propostas foram atravessadas pela dinâmica institucional do CENSE de modo que nelas se reproduziram as formas engessadas de relações presentes ali e “se existe uma ordem geral básica, que deve ser levada em conta, - no trabalho com grupos (e instituições²)- é a de romper estereótipos em todos os níveis e planos em que apareçam” (Bleger, 1998, p. 67), processo que podemos dizer que iniciou-se, mas que não pôde ser concluído devido o término do período do estágio.

Sendo assim, mesmo que estas propostas interventivas não tenham chego a termo elas iniciaram um processo que era seu objetivo primordial, serem instituintes, ou seja, foram gatilho de processos produtivos e transformadores da realidade institucional. Acreditamos com isso que o início de processos reflexivos na instituição foi o maior saldo deste trabalho.

² Inserção dos autores.

Conclusão

Este trabalho originou-se como uma proposta de estágio profissionalizante supervisionado em Psicologia, com uma abordagem social-comunitária, e durante todo o processo de permanência institucional foram as necessidades da instituição que indicaram os caminhos para as adequações da nossa proposta de prática demonstrando-nos que realmente delimitações vão ocorrendo durante o processo, e que, sim, há na comunidade e nas instituições um domínio específico para a atuação do psicólogo, e que este domínio são os processos psicossociais ali presentes, vivos no cotidiano das pessoas que integram esses espaços coletivos, priorizando “a inteligência de dispositivos que são capazes de produzir subjetivações” (Barembliit, 1992, p. 51).

Nossa busca por construir canais alternativos para que os agentes institucionais assumissem sua realidade cotidiana, de modo a possibilitar o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre sua realidade foi somente iniciada, isso porque nosso período de permanência na instituição foi marcado por resistências à execução do trabalho. Sendo assim embora não concluído, o processo instituinte foi semeado na instituição e ali se encontra em estado germinal, a partir dessas propostas foi plantada a idéia de que é possível aos agentes institucionais assumirem sua realidade, refleti-la e colocarem-se como autores e atores da instituição da qual fazem parte.

Quanto à experiência formativa a realização deste estágio mostrou-se fundamental na e para a formação acadêmica do psicólogo, uma vez que propiciou aos estagiários a experiência da confrontação entre o aporte teórico construído durante toda a graduação e as possibilidades práticas de sua aplicação. A prática, como não poderia ser diferente, mostrou-nos o quanto ela pode ser singular, angustiante, inquietante, por vezes confusa e inusitada.

Durante todo o período de permanência institucional experienciamos incertezas sobre o passo seguinte a ser tomado, frustrações com as tentativas infrutíferas e satisfação com o muito que foi possível extrair destas experiências. Em suma estas propostas de intervenção do estágio profissionalizante foram muito afetivas e tanto as incertezas, as frustrações e satisfações foram propulsoras do trabalho e do aprendizado que durante esse período se realizou. E se “o objetivo institucionalista é criar campos de leitura, de compreensão, de

intervenção para que cada processo produtivo desejante, revolucionário, seja capaz de gerar os “homens” de que se precisa” (Barembliit, 1992, p. 51) podemos dizer que no trabalho institucional precisamos de “homens”, de profissionais, que se permitam afetar-se pela realidade que almejam transformar, que se permitam experienciar o objeto em tudo o que ele é capaz de despertar.

Referências

Afonso, M. L. M. (org.) (2010) *Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial* (3a ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Barembliit, G. F. (1992). *Compêndio de Análise Institucional e outras correntes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos.

Bleger, J. (1984). *Psico-higiene e psicologia institucional*. Porto Alegre: Artes Médicas.

_____. (1998). *Temas de psicologia: entrevista e grupos* (2a ed.). São Paulo: M. Fontes.

Franco, E. M. (2008). *Uma casa sem regras: representações sociais da FEBEM entre seus trabalhadores*. Tese (Doutorado em Psicologia) Universidade de São Paulo - Instituto de Psicologia, São Paulo.

Freitas, M. F. Q. (1998, Jan/Fev/Mar). Inserção na comunidade e análise de necessidades: reflexões sobre a prática do psicólogo. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 11(1), 1998. Recuperado em 20 de Jun, 2011, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br

Goffman, E. (2008) *Manicômios, prisões e conventos* (8a ed.). São Paulo: Perspectiva.

Lapassade, G. (1989). *Grupos, organizações e instituições* (3a ed). Rio de Janeiro: F. Alves.

Oliveira, F. P. de et al. (2008, Dezembro). Psicologia Comunitária e Educação Libertadora. *Psicologia Teoria e Prática*. Recuperado em 20 de Jun, 2011, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): pepsic.bvsalud.org

Anais V CIPSI - Congresso Internacional de Psicologia

Psicologia: de onde viemos, para onde vamos?

Universidade Estadual de Maringá

ISSN 1679-558X

Paraná (2006). *Gestão de Centros de Sócio-Educação* (1a ed.). Curitiba: Imprensa Oficial Do Paraná.

Prado, M. A. M. (2002, Jan/Fev/Mar). A psicologia comunitária nas Américas: o individualismo, o comunitarismo e a exclusão do político. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 15 (1). Recuperado em 20 de Jun, 2011, da SciELO (Scientific Electronic Library On line): www.scielo.br

Sudbrack, M. F. O. (1996) Construindo Redes Sociais: Metodologia de Prevenção à drogadição e à marginalização de adolescentes de famílias de baixa renda. In Rosa M. M. (Org.) *Família e Comunidade*. (p. 87-113). São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia.

Sulzki, C. E. (1997) *A rede social na prática sistêmica* (C. Berliner, Trad.). São Paulo: Casa do Psicólogo.

EIXO TEMÁTICO: PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL